

PROJETO NO LEGISLATIVO

Executivo encaminha RGA à Câmara, que apreciará em extraordinária

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

O Executivo Municipal de Tangará da Serra encaminhou à Câmara de Vereadores o projeto da Reposição Geral Anual (RGA), que será analisado pelos parlamentares durante sessão extraordinária na próxima segunda-feira, dia 13 de novembro.

Além da proposta de RGA, também foram encaminhados à Casa de Leis outros projetos que preveem algumas reformas no estatuto dos servidores públicos. De acordo com o presidente da Câmara Municipal, Hélio da Nazaré (PSD), a

extraordinária é necessária para que todas as propostas sejam apreciadas com o devido cuidado. “São projetos muitíssimo importantes para a população que devem ser analisados com muita tranquilidade, então surgiu a necessidade de convocarmos essa extraordinária”, explicou o parlamentar.

O prefeito Fábio Martins Junqueira (PMDB), explicou que a proposta totaliza a reposição de 6,28% dividida em duas parcelas. “Será uma de 4,08% de RGA, e mais um reajuste de 2,12%. Não é retroativo a maio, e sim a partir de 1º de novembro.

Nós diminuímos a economia que queríamos fazer, mas o retroativo não será desde maio”, relatou o chefe do Executivo, ao destacar que a proposta também prevê um abono de R\$ 400 a ser pago no próximo mês. “Além desse abono, tem um incentivo remuneratório para os professores do quadro permanente de 500 reais”, explicou Junqueira. “A expectativa é que tudo se resolva, pois se não for desse jeito, não terá outra saída. Temos que entender isso porque não posso comprometer o orçamento do município só com folha de pagamento”, concluiu.



Projeto de RGA será votado durante extraordinária na próxima segunda-feira

PROTESTO

Contra a reforma trabalhista, Unemat paralisa e realiza protesto

>> **Alexandre Rolim**
Tangará em Foco

Seguindo uma série de manifestações que ocorrerão simultaneamente em todo o país, professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Tangará da Serra, paralisam as atividades nesta sexta-feira, 10, em protesto contra a reforma trabalhista do presidente Michel Temer (PMDB) que entrará em vigor a partir deste sábado, 11.

Em nota, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adu-nemat), presidida por Rogério Anez, informou que a decisão pela paralisação foi tomada em Assembleia Geral realizada no dia 6 de novembro.

Uma vasta programação está prevista para ocorrer. Nesta data haverá concentração na Praça da Antiga Pre-



Os protestos ocorrerão na véspera da entrada em vigor das novas regras para o mercado de trabalho

feitura de Tangará da Serra, apelidada pelo movimento de Praça da Resistência, às 7 e meia da manhã, com discurso, debate e palestra falando sobre os principais da reforma que entra em vigor neste sábado.

À noite, a partir das 18 horas haverá, no mesmo local, um ato público com panfletagem chamando a aten-

ção da população para o que eles chamam de retrocesso na legislação trabalhista brasileira.

MOBILIZAÇÃO - As atividades do Dia Nacional de Mobilização acontecerão em diferentes pontos do país. Oito centrais sindicais convocam os trabalhadores para manifestações por todo o país, contra a “reforma” tra-

balhista do governo Temer e contra a reforma da Previdência (PEC 287), entre outros projetos que ameaçam direitos. Os protestos ocorrerão na véspera da entrada em vigor das novas regras para o mercado de trabalho (Lei 13.467).

Em Cuiabá, o protesto acontecerá Praça da República (em frente à prefeitura de Cuiabá), a partir das 15 horas.

CINCO DIAS

Deputados pedem vista e votação do PEC do Teto é adiada

>> **ELZIS CARVALHO**
Secretaria de Comunicação

Agora os deputados têm o prazo de cinco dias para devolvê-lo à Mesa Diretora.

Os deputados Jajah Neves (PSDB) e Allan Kardec (PT) pediram vista do Projeto de Emenda Constitucional – PEC 10/2017, mais conhecido como PEC do Teto dos Gastos. Agora os deputados têm o prazo de cinco dias para devolvê-lo à Mesa Diretora e, assim, colocá-lo em segunda votação em Plenário.

De acordo com o relator do PEC na Comissão Especial, deputado Romoaldo Júnior (PMDB), os parlamentares têm cinco dias para devolver o PEC à votação em Plenário. Depois desse trâmite, segundo o parlamentar, os deputados não podem mais pedir vista da matéria e nem voltar para análise da

Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR).

O texto original do governo, segundo o relatório elaborado pela Comissão Especial, recebeu o substitutivo integral. No artigo 55 do novo texto, foi incluída a emenda 63, no parágrafo sexto, autoriza o governo estadual a promover o realinhamento salarial das carreiras da saúde, segurança, do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran) e da Administração Penitenciária e Socioeducativa. “A emenda define o alinhamento salarial dessas categorias, que são as mais prejudicadas do Estado. Acredito que isso contempla os servidores do Detran e esperamos que o governador em exercício, Carlos Fávaro, entre em acordo com os servidores e, com isso, os trabalhos do órgão voltem às atividades”, afirmou Romoaldo Júnior.

Com a gente as férias são sinônimo de diversão

INVIOLÁVEL

MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra, MT
65 3311-3311 / inviolavel.com

QUANDO VOCÊ SE SENTE O NÚMERO 1, ISSO PEDE BRAHMA.

AFRICA

BRAHMA

LEIA COM MODERAÇÃO